

# PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE IMBUÍ, SC<sup>1</sup>

Daniel Augusto Schmoller<sup>2</sup>  
Tatiane Aparecida Viegas Vargas<sup>3</sup>  
Márcia Fuchter<sup>4</sup>  
Anielle Gonçalves<sup>5</sup>

Área temática: (6) Economia social e políticas públicas

## RESUMO

A principal política de enfrentamento à pobreza do governo brasileiro atualmente é o Programa Bolsa Família (PBF), que se caracteriza pela transferência direta de renda, condicionada a contrapartida das famílias, e tem como objetivo fazê-las superar a condição de pobreza. Esta pesquisa buscou verificar a percepção das famílias, residentes no meio rural, no município de Imbuí, que integram o PBF. A pesquisa foi do tipo exploratória, qualitativa, utilizando como técnica a entrevista com 78 famílias. A questão que se coloca é: as famílias inseridas no programa atribuem melhora na sua condição social e econômica por conta da participação neste modelo de transferência de renda? Após tabulados e analisados os dados, visando responder a questão de pesquisa, verificou-se mudanças positivas do ponto de vista social e econômico das famílias. No entanto, é preciso que o programa seja acompanhado e avaliado periodicamente, para que, o objetivo primeiro seja atingido, a superação da condição de pobreza.

**Palavras - Chave:** Pobreza, Programa Bolsa Família; Imbuí, Santa Catarina.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), se caracteriza pela transferência direta de renda as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com o objetivo de que estas possam superar a vulnerabilidade social em que se encontram. Em contrapartida ao benefício às famílias estão condicionadas entre outras singularidades a manter seus filhos com frequência escolar superior a 75% (filhos menores de 18 anos) acompanhamento nutricional de menores

---

<sup>1</sup> Artigo extraído da monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto vale do Itajaí – UNIDAVI, por Daniel Augusto Schmoller e orientado por Tatiane Ap. Viegas Vargas.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional pela UNIDAVI. E-mail: daniel\_banann@hotmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Econômicas (FURB), Mestre em Desenvolvimento Regional, doutoranda do PPGDR (FURB), docente do Curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR). E-mail: tatianeviega@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (UNIDAVI), Mestranda do PPGDR (FURB) e docente do Curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI. E-mail: marciafuchter@gmail.com

<sup>5</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (UNIDAVI), Mestranda do PPGDR (FURB) e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR). E-mail: anielleg20@gmail.com

de 06 anos, assim como, de mulheres com idade entre 14 e 44 anos, principalmente gestantes, e ainda, participar de atividades organizadas pela gestão municipal (cursos, palestras, oficinas).

O Programa compreende três eixos: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. Enquanto a transferência de renda promove o alívio imediato, as condicionalidades reforçam os direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social e as ações. Os programas complementares buscam o desenvolvimento das famílias para que elas superem a situação de vulnerabilidade social.

O Programa Bolsa Família é considerado a principal política social do governo brasileiro. Foi criado em 2003 com a junção dos programas já existentes, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás. Atualmente o Programa está presente em todos os municípios do Brasil, sendo considerado por muitos a possibilidade de estruturação econômica e social do país. Mediante o reconhecimento que o Programa vem recebendo nos últimos anos, o objetivo desta pesquisa foi verificar a efetividade do Programa Bolsa Família para as famílias do meio rural do município de Imbuia.

O município de Imbuia está localizado na região do Alto Vale do Itajaí pertencendo à microrregião de Ituporanga. O município registrou no último censo uma população total de 5.707 habitantes, sendo 56% pertencentes à população rural. Como o estudo não era comparativo optou-se por, tomar como amostra somente as famílias participantes do Programa que residem no meio rural.

Na teoria, o Programa Bolsa Família, deve melhorar a qualidade de vida das famílias inseridas, refletindo também, numa melhora no meio em que vivem. Assim, o programa teria um reflexo para além do aumento da renda, mas também no desenvolvimento direto das famílias. A pergunta que se coloca é: as famílias inseridas no Programa atribuem melhora na sua condição social e econômica por conta da participação no mesmo?

Buscando responder a questão acima, realizou-se a coleta de dados através de entrevistas, considera-se a abordagem de forma qualitativa, onde foram entrevistadas 78 famílias de um total de 372 famílias inseridas no Programa até setembro 2013 no município de Imbuia. Foram feitas perguntas para conhecer o perfil das famílias bem como, para verificar a percepção das famílias participantes quanto à efetividade do Programa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As desigualdades de renda ou, a impossibilidade de acesso à renda, é inerente ao modelo de produção capitalista. Desde a sua constituição, a acumulação de capital se dá por uma privilegiada parte da população. A maior parte da sociedade divide pequena parte da produção e vende sua força de trabalho para apropriar-se dos bens necessários para a sua sobrevivência. O modo de produção capitalista surge com o término do regime feudal, onde se inicia a chamada acumulação primitiva, que se trata do processo histórico de separação do trabalhador dos meios de produção. O termo “primitivo” se justifica pelo processo anteceder o modo de produção capitalista. (MARX, 1996, p. 339-341).

A falta de condições básicas para a sobrevivência “empurra” boa parte dos trabalhadores para o meio urbano, o que incha as cidades. Quem permanece no meio rural enfrenta também muita dificuldade, muitos trabalhadores não sendo mais proprietários de suas terras, tornaram-se assalariados. Quando a renda do trabalho não é suficiente, esses trabalhadores amargam condições de pobreza.

A pobreza percorre um caminho logo na discussão teórica, já foi atrelada à reprodução da espécie humana em Malthus (1996). No século 19, a evidência da pobreza foi atrelada à condição de rendimento insuficiente para a sobrevivência humana, isso seria decorrência do sistema capitalista em função da grande concentração de renda e o número exorbitante de desempregados (POCHMANN, 2006, p. 58).

Na América Latina a permanência da condição de pobreza foi associada ao excesso de mão-de-obra que migrou do campo para a cidade e paralelo ao processo de industrialização. No Brasil, atualmente, há diversos indicadores de pobreza, sendo a maioria deles fundamentados no conceito de pobreza absoluta, que considera tão somente o limite mínimo necessário à reprodução humana. Os indicadores são muitos e nem sempre convergem, há discrepância entre os dados da ONU e do IPEA, por exemplo. (POCHMANN, 2006, p. 59-60).

Para Hoffmann e Kageyama (2006, p.80) o termo pobreza vem indicar algum tipo de privação, que seria material e também incluir elementos culturais e sociais dentro dos recursos disponíveis por uma pessoa ou uma família. Para tanto essa privação seria absoluta, relativa ou subjetiva. Sendo assim, “a) Pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); b) Pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa) e c) Pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza

subjetiva)” (HAGENNAARS E DE VOS,1988 apud HOFFMANN E KAGEYAMA,2006, p. 81).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a pobreza é uma das intempéries que aumenta a situação de vulnerabilidade social das populações que vivem em condições difíceis de sobrevivência. “A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias” (MDS, 2013, p.12).

Quando se admite os riscos sociais, advindos do contexto econômico, haja vista a impossibilidade do mercado de regular as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, a participação do Estado se torna fundamental. No caso da redução da pobreza, o Estado vai agir através de políticas públicas. Para Gobert, Muller (1987, apud HÖFLING 2001, p. 31) as “políticas públicas são entendidas como o Estado em ação; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Höfling (2001, p. 31) destaca que, as “políticas públicas são de responsabilidade do Estado e que sua implementação e manutenção deve ser por meio de órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. [...]”. Dentre as diversas modalidades de políticas públicas estão às políticas sociais, que dizem respeito diretamente distribuição desigual do modelo de produção atual.

Höfling (2001, p. 31) conceitua política social como,

Políticas Sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

No caso do Brasil, a transferência de renda é a forma utilizada na busca pela superação da pobreza e redistribuição de benefícios sociais. O Programa Bolsa Família é o principal programa e incita muita discussão, para alguns um assombro, pois causaria acomodação e não incentivaria o trabalho, para outros um programa de grande necessidade e instrumento de proteção social. Segundo Lavinhas (1998, p.01) desde o século XVIII, pensadores liberais já construía a ideia de uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar. Na Europa pós-guerra, onde o Estado de Bem-Estar Social dominou vários países, tais como Dinamarca e Alemanha foram adotadas políticas com este perfil redistributivo.

A renda mínima (política matriz do Programa Bolsa Família) é “como uma transferência de renda monetária direta do governo a indivíduos ou famílias que carecem do mínimo vital”. (LAVINAS, 1998, p. 01). Assim, o montante pago a família seria o diferencial entre as somas de todas as rendas da família e o valor mínimo necessário à sobrevivência, que será calculado a partir da composição da família, ou seja, analisa o número de crianças, de inativos ou idosos juntamente com as condições de vida no país. A respeito da avaliação dos programas Soares (2010, p. 08) afirma que:

A eficiência dos programas de transferência de renda pode ser avaliada de duas formas distintas, relacionadas ao nível de focalização adotado: a eficiência horizontal e a vertical. A eficiência horizontal está relacionada à total cobertura, por parte de um programa, das pessoas que dele necessitam; ou seja, à garantia do recebimento de um benefício pelas pessoas consideradas elegíveis segundo os critérios predeterminados. Já a eficiência vertical diz respeito a evitar que o auxílio financeiro vá para pessoas que não se enquadrem no perfil de beneficiário pré-estabelecido.

Embora o PBF tenha sido criado em 2003, ele é consequência de uma trajetória particular de políticas de proteção social ocorridas no Brasil nos últimos 40 anos, e valorizada muito mais após a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88). Foi a partir da CF/88 que se consolidaram novos e importantes aspectos para a construção de um novo sistema brasileiro de proteção social. A CF/88 elevou o *status* da assistência social ao das outras políticas sociais que formam a espinha dorsal das políticas sociais: educação, saúde e previdência (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 7).

Mas, o primeiro passo foi com Estado Novo que deixou o primeiro arranjo de um sistema de proteção social, porém, também mostrava marcas de desigualdade na nossa sociedade, pois, era um sistema urbano, contributivo, formal e predominantemente branco. Grande parte dos nossos vizinhos latino-americanos seguiu caminho semelhante, copiando modelos europeus para sociedades que tinham apenas recentemente saídos da escravidão negra ou da servidão indígena, caracterizadas pela exclusão da imensa maioria (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 7).

A criação da previdência rural, em 1971, e a consequente quebra da relação entre contribuição e benefício, foi o passo seguinte dado em direção à inclusão social. Reconhecer o trabalho em atividades agrícolas, quase que totalmente informal, para além da importância do benefício em si, para trabalhadores agrícolas, abrindo espaço para a introdução da dimensão das necessidades no sistema de proteção social (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 7).

Durante os anos 1990 surgiram os primeiros programas de garantia de renda, onde pode se destacar o projeto de Lei nº 2.561, de dezembro de 1991, de autoria do senador

Eduardo Suplicy que propunha a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) sob a forma de Imposto de Renda Negativo (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 8). Apesar da criação do PGRM, o que surgiu no Brasil nos anos 90 foram os Programas de Transferência de Renda Condicionados (PTRC).

Apesar de o arcabouço conceitual desenvolvido no início dos anos 1990 apontar para o PGRM, o que foi implementado no Brasil foram programas de transferência de renda condicionada (PTRC). A principal diferença é que, enquanto o único critério para os PGRM é a renda, os PTRC exigem uma contrapartida dos beneficiários, em geral, que se engajem em ações em benefício deles mesmos e de suas famílias (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 8).

O primeiro PTRC Federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), foi criado 1996. Focado em crianças de 07 a 15 anos que trabalhavam, ou estavam sob risco de trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou degradantes, tais como o cultivo de cana-de-açúcar ou carvoarias. O benefício era uma bolsa de R\$ 25,00 para crianças em áreas rurais. Posteriormente, foi expandido para áreas urbanas, com um benefício de R\$ 40,00 por criança. As contrapartidas do Peti eram que as crianças menores de 16 anos não trabalhassem e tivessem 75% de frequência escolar no ano. O órgão responsável pelo Peti era a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 9).

O segundo PTRC federal no Brasil foi a Bolsa Escola Federal, criado em 2001. A contrapartida consistia na frequência mínima anual à escola de 85% para crianças de 6 a 15 anos. O benefício era concedido a famílias cuja renda *per capita* se situava abaixo de R\$ 90,00 e o valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família. O Ministério da Educação respondia pelo programa.

Logo depois da Bolsa Escola, foi criada a Bolsa Alimentação, cujas contrapartidas eram: aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança entre 0 e 6 anos, com teto de R\$ 45,00 por família. O programa estava a cargo do Ministério da Saúde. Em 2003 foi criado o Cartão Alimentação, tratava-se de uma transferência de R\$ 50,00 para famílias cuja renda *per capita* não alcançava meio salário mínimo. Os recursos deveriam ser usados exclusivamente na compra de alimentos (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 9).

Em outubro de 2003, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família, cujo objetivo primordial era organizar os quatro programas em apenas um. O PBF também incorporou o Vale Gás, uma transferência sem contrapartida, mas também incorporada por outro ministério com seus próprios critérios e valores de benefício. Para realizar a unificação, o PBF se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo aperfeiçoado e

expandido de forma lenta desde sua criação, em 2001, e cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais.

### **3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Após a fusão em outubro de 2003, a configuração do PBF tem permanecido praticamente a mesma, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é o órgão responsável pelo programa. Cabe à SENARC estabelecer normas para a execução do programa, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas, estabelecer metas e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do PBF, definir quotas por município, estabelecer parcerias com os estados e com outros órgãos do governo federal, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do PBF. A SENARC também estabelece os critérios de quem recebe e quanto recebe e define o questionário do Cadastro Único e os critérios para suspensão e corte dos benefícios, entre várias outras definições de parâmetros operacionais. Em suma, a SENARC tem a regência do PBF e toma todas as principais decisões relativas ao programa (SOARES; SÁTIRO, 2009, p. 10-11).

A Caixa Econômica Federal é o órgão operador e pagador. Cabe à Caixa receber e processar as informações levantadas pelos municípios que compõem o Cadastro Único, calcular a renda familiar *per capita* de acordo com os critérios estabelecidos pela SENARC e, por consequência, calcular quanto deve receber cada família, emitir os cartões magnéticos para pagamento e, finalmente, pagar o benefício mensalmente (SOARES; SÁTIRO, 2009, p.11).

Isso limita a intervenção de qualquer gestor, seja este federal ou municipal, na seleção efetiva dos beneficiários. É claro que a Caixa processa as informações de acordo com critérios estabelecidos pela SENARC, mas é relevante que a Caixa faça o processamento e não a SENARC. Há, também, grupos demográficos específicos, tais como moradores de rua, remanescentes de quilombo ou indígenas – cuja concessão de bolsas não depende do processo de análise do cadastro e é definida diretamente pela SENARC, passando à frente de outras famílias elegíveis – mas estes perfazem uma minoria e ainda devem ingressar no PBF por meio do cadastro. No entanto, para Soares e Sátiro (2009, p.11) o PBF não é um direito. Ao contrário, se encontra explicitamente condicionado às possibilidades orçamentárias. A lei que criou o PBF diz que “O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários

do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes” (BRASIL, Lei nº 10.836, 2004).

Lavinas (1998, p.01) aponta ainda o caráter cumulativo no valor da renda a ser transferida. A partir que o valor pago a um adulto sozinho se torna referência. Passa-se então a calcular o valor que será pago aos demais membros da família. Assim uma família composta por um adulto sozinho o valor transferido é inferior ao valor pago para uma família de dois adultos que por sua vez é inferior ao valor pago para uma família com dois adultos e um dependente. Não havendo um piso pré-estabelecido por família, apenas um piso por indivíduo.

Quanto às condições de entrada no sistema, restringem-se quase sempre ao déficit de renda, implicando a transparência na declaração do valor da renda real e do patrimônio de cada requerente. Já no universo das contrapartidas, observa-se uma gradação que vai da incondicionalidade até a quase a obrigatoriedade, feita aos adultos ativos e desempregados, em aceitar qualquer trabalho oferecido pelo sistema público de emprego. Esses programas são todos universais, como assinalado anteriormente, restritos apenas à população carente (LAVINAS, 1998, pag.01).

Aqui a autora aponta que, o maior implicador para a entrada da família no PBF é a renda da família, destacando assim a transparência da família ao declarar os dados da renda real familiar. Ela também aponta as contrapartidas que a família tende atender, dando exemplo dos desempregados que devem assumir a opção de emprego apresentada pelo sistema público específico.

Soares e Sátiro (2009; p.12) apontam que desde sua criação, o PBF tem se caracterizado por um benefício composto e com duas linhas de pobreza (elegibilidade). As linhas se referem sempre à renda familiar *per capita*, que é a soma de todas as rendas de todos os membros da família dividida pelo número de membros. Para tanto o PBF define família como, uma “[...] unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (BRASIL, Lei nº 10.836, 2004).

Assim, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) apresenta benefícios que variam de acordo com a composição e características de cada família. A seguir, no quadro 01, a descrição dos benefícios.



BENEFÍCIO	VALOR	REGRA
BÁSICO	R\$ 70,00	- Transferido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 70,00);
		- Concedido mesmo quando não há crianças, adolescentes ou jovens na família.
BENEFÍCIO VARIÁVEL DE 0 A 15 ANOS	R\$ 32,00	- Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
BENEFÍCIO VARIÁVEL À GESTANTE (BVG)	R\$ 32,00	- Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição;
		- Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês;
		- A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Condicionalidades (Sicon). O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
BENEFÍCIO VARIÁVEL À NUTRIZ (BVN)	R\$ 32,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição;
		- Pagamento de seis parcelas consecutivas, a contar da data de concessão do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO ADOLESCENTE	R\$ 38,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos;
(BVJ)		- Limite de até dois benefícios por família;
		- O BVJ continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.
BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA (BSP)	Caso a caso	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que estejam em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O benefício para superação da extrema pobreza independe da composição familiar.

**Quadro 01:** Descrição dos Benefícios

Fonte: MDS (2013)

Para o MDS (2013) as condicionalidades são compromissos assumidos com as famílias beneficiárias do PBF e também pelo poder público. As famílias devem assumir esse compromisso para permanecerem inseridas no programa. É responsabilidade do poder público possibilitar o acesso as famílias beneficiárias aos serviços públicos.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (MDS, 2013).

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

O município de Imbuia está localizado no Alto Vale do Itajaí pertence a microrregião de Ituporanga, a 163km de Florianópolis. O município possui uma área de 121.90 km<sup>2</sup> e limita-se com os municípios de Vidal Ramos, Alfredo Wagner, Ituporanga e Leoberto Leal.

O município que antes era distrito de Ituporanga foi criado em 23 de agosto de 1962 e fundado oficialmente em 10 de agosto de 1962. Porém sua colonização iniciou-se por volta de 1930 onde no local havia uma enorme floresta de Imbuias, na época, chamada de Chapadão Rio dos Bugres. Estão presentes no município traços de colonização alemã, italiana e polonesa (IMBUIA, 2013).

De acordo com o IBGE (2013) Imbuia possui 5.707 habitantes, sendo 2.515 localizados na área urbana e 3.192 localizados na área rural do município. Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2014) o IDH-M de Imbuia está situado na faixa de alto desenvolvimento com 0,713. Quanto à economia, o principal componente por décadas foi a extração de mata nativa de imbuia. Atualmente, o setor mais representativo é a agricultura, representando em 2012, 72% do PIB municipal, com destaque para o cultivo da cebola, do fumo e do milho (IMBUIA, 2013).

Segundo relatório de dados do MDS (2013), no município Imbuia, o total de famílias inscritas no Cadastro Único do PBF em agosto de 2013 era de 602 dentre as quais 345 com renda per capita familiar de até R\$ 70,00, 517 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00 e 589 com renda per capita até meio salário mínimo (dados mensais).

O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2013, 389 famílias, representando uma cobertura de 102,6 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 164,26 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 63.898,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 87,57%, para crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos, o que equivale a 331 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 378 crianças e adolescentes. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 88,46%, resultando em 46 jovens acompanhados de um total de 52. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2013, atingiu 84,73%, percentual equivalente a 233 famílias de um total de 275 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (MDS 2013).

Sobre a composição familiar, a maioria das famílias entrevistadas apresentou a maior composição de 04 membros, como demonstrado na tabela 01.

**Tabela 01: Composição Familiar**

Membros por Família	%
Até 2	5%
3	15%
4	50%
5	18%
Mais que 5	12%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser verificado na tabela 02, a maioria, das famílias é composta por 2 adultos.

**Tabela 02 – Número de adultos na composição familiar**

Número de Adultos	%
1	9%
2	82%
3	10%
4	3%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à quantidade de jovens, 55% das famílias não apresentam jovens na sua composição, conforme o tabela 03.

**Tabela 03 – Número de Jovens na composição familiar**

Número de Jovens	%
0	55%
1	29%
2	8%
3	8%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo a tabela 04, 40% das famílias registram 2 crianças e 8% são as famílias são compostas por 3 crianças.

**Tabela 04 – Número de crianças na composição familiar**

Número de Jovens	%
0	19%
1	29%
2	40%
3	8%
4	3%
5	
6	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, o perfil familiar que prevalece em Imbuia são, famílias com 04 membros, sendo 02 adultos do sexo masculino e feminino e 02 crianças.

De acordo com a tabela 05, maior parte das famílias, 44% são arrendatários (longo prazo), tratam-se de famílias que residem a mais de um ano na propriedade e na maioria dos casos trabalham nela. Uma grande porcentagem (entre 60% e 70%) das famílias arrendatárias de longo prazo são naturais do próprio município. Também é considerável o número de famílias proprietárias, 38%. As famílias arrendatárias (curto prazo) representam 10% do total, são famílias que normalmente trabalham por uma safra para o proprietário do terreno e após o término da safra ela se locomove para outro local. As famílias que alugam a propriedade em que residem representam são 6%, são famílias que alugam somente a edificação da casa, trabalhando para outros proprietários ou em serviços urbanos.

**Tabela 05 – Tipo de residência**

Tipo de Residência	%
Proprietário	38
Arrendatário (curto prazo)	10
Arrendatário (longo prazo)	44
Alugado	8

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o número de trabalhadores, em 64% dos casos, 2 membros da família trabalham, conforme pode ser observado na tabela 06. Em 23% dos casos, 1 membro da família trabalha. Em 10% das famílias, tem-se 3 membros trabalhando e em 3%, trabalham 4 membros. Estes dois grupos são na maioria dos casos, filhos que completaram ou abandonaram estudos e permanecem morando com os pais.

**Tabela 06 – Número de trabalhadores na composição familiar**

Nº de trabalhadores	%
1	23
2	64
3	10
4	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pela tabela 07 é possível verificar que, 63% das famílias entrevistadas trabalham na propriedade de outros. São famílias arrendatárias do terreno em que trabalham e famílias que trabalham por dia em outras propriedades. Estas são famílias que não possuem a propriedade de produzir, assim tendo que vender sua mão-de-obra aos proprietários dos bens de produção. Já, 38% das famílias trabalham na sua propriedade, trata-se de grupos constituídos por pequenos proprietários e que em quase sua totalidade somente emprega a mão-de-obra da familiar.

**Tabela 07 – Atividade Desempenhada**

Atividade	%	Nº
Trabalha na sua propriedade	38	45
Trabalha na propriedade de outros	63	88
Trabalha em serviços urbanos	8	8
Não trabalha	3	2
Está desempregado	6	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à renda familiar, como mostra a tabela 08, 59% das famílias entrevistadas tem uma renda mensal entre R\$301,00 e R\$500,00. Em seguida, 37% das famílias tem uma renda mensal entre R\$501, e R\$678,00. Com renda até R\$300,00 temos 3% das famílias e

com renda superior a R\$678,00 temos 1% das famílias. Nesta questão, as famílias comentam a dificuldade de estimar uma renda mensal, algumas que só recebem uma vez por ano, que é no final da safra, quando vendida a produção. Outras recebem por dia trabalhado, mas, o valor por dia altera de “patrão para patrão” não se tem o controle de quantos dias foram trabalhados.

**Tabela 08 – Renda familiar mensal**

Renda mensal	%
Até R\$ 300,00	3
R\$ 301,00 a R\$ 500,00	59
R\$ 501,00 a R\$ 678,00	37
Acima de R\$ 678,00	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se pela tabela 09 que maior parte das famílias entrevistadas, 40% recebem pelo PBF entre R\$71,00 e R\$134,00. Entre R\$135,00 e R\$282,00, tem-se 18%, na faixa de R\$32,00 e R\$70,00, 17% e recebendo entre R\$283,00 e R\$352,00, 12% das famílias.

**Tabela 09 – Valor mensal recebido pelo PBF**

Renda mensal	%
R\$ 32,00 a R\$ 70,00	17
R\$ 71,00 a R\$ 134,00	40
R\$135,00 a R\$282,00	18
R\$ 283,00 a R\$ 352,00	12

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 10, pode-se acompanhar o maior e o menor nível escolar entre as famílias. Entre as famílias pesquisadas, 73% apresentam como menor nível escolar o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Em 27% das famílias registram-se analfabetos. Já com maior nível, 46% das famílias apresentam alguém com ensino fundamental (5ª a 8ª série), em 37% das famílias o maior nível é de ensino médio e, em 17% das famílias o maior nível é o ensino básico (1ª a 4ª série).

**Tabela 10 – Menor e maior nível escolar**

Nível escolar	% menor nível	% maior nível
Analfabetos	27	0
Primário	73	17
Ensino fundamental	0	46
Ensino Médio	0	37

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na segunda parte da pesquisa, as famílias foram abordadas sobre possíveis mudanças ocorridas depois de ingressar no PBF, o objetivo foi identificar alterações no panorama das famílias. Assim, das 78 famílias entrevistadas, 60% respondeu que, antes de participar do PBF apresentavam condições de habitações precárias, isto é, a sua casa apresentava problemas graves de infraestrutura ou, não era do tamanho adequado para o tamanho da família. Em 54% dos casos foi apontada a impossibilidade ou dificuldade no tratamento de doenças, somado ao fato de ter que comprar remédios mais caros ou ter que pagar por consulta particular em especialista. Já, 47% das famílias apontaram o endividamento como fator para que a família não conseguisse arcar com todas as suas despesas a ponto de gerar privações à subsistência familiar. 32% apontaram a falta de alimentos e 22% apontaram outras situações que seria a dificuldade de adquirir bens de consumo tais como material escolar e vestuário. E por fim 17% das famílias apontou o abandono escolar uma situação presente no cotidiano antes de receber o PBF.

Quando perguntado se alguma das situações descritas permanece, depois de inseridas no programa, 65% das famílias relataram que não, enquanto 35% das famílias disseram que sim. O problema da habitação é mencionado agora, em 22% das famílias entrevistadas, percebe-se uma diminuição, porém, as famílias não essa redução ao PBF, mas à programas habitacionais como, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Habitação Rural. O endividamento cai drasticamente, agora são apenas 8% das famílias. As dificuldades no tratamento de doença reduziram significativamente, hoje, representa menos de 5%. Sobre o abandono escolar, 1% indica das famílias relata algum membro que abandonou a escola.

Quanto ao destino dos recursos provenientes do PBF, 77% das famílias entrevistadas utilizam o recurso para aquisição de material escolar. 56% utilizam o recurso para pagamento da conta de energia elétrica, 54% utilizam para compra de remédios, 47% utilizam na aquisição de alimentos, 38% para a compra de vestuário, 1% na aquisição de outros bens e 0% na aquisição de insumos agrícolas e lazer.

Perguntado as famílias, se após a inserção no PBF era possível perceber melhora na qualidade de vida, todas as famílias entrevistada responderam que sim, o PBF trouxe de alguma forma, melhora na qualidade de vida. Segundos os entrevistados, seriam aquisições de material escolar de boa qualidade, vestuários e uniforme escolar, possibilitando que os

membros em idade escolar tenham mais vontade de comparecer a escola. Aquisição de remédios mais caros que não são encontrados no posto de saúde do município. Aquisição de alimentos em momentos que a família já não mais dinheiro resultante da produção. Pagamentos de serviços públicos tal como energia elétrica, evitando riscos de corte. Ainda, ajuda na quitação de prestações atrasadas.

Na terceira parte buscou-se verificar a percepção que as famílias têm a sobre o PBF. A maioria apontou como um programa de ajuda aos pobres, uma preocupação do governo para as famílias não passarem fome, ajudando-as nas necessidades básicas. Algumas famílias remetem o programa ao fator escolar, isto, é como uma ajuda para que as famílias mais pobres possam manter seus filhos na escola até completarem 18 anos. O PBF também, foi descrito como, programa social que exige contrapartidas, algumas famílias lembram que precisam cumprir com as exigências estabelecidas pelo programa para continuarem inseridas, como, a frequência escolar dos filhos, que seria a pesagem realizada duas vezes ao ano, o cadastramento e a participação em atividades realizadas pela gestão municipal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi verificar qual a efetividade do PBF para a melhoria nas condições sociais e econômicas das famílias do meio rural do município de Imbuia. Por meio de entrevistas, buscou-se averiguar a percepção das famílias enquanto participantes do programa, buscando assim, dados para formular o perfil das famílias participantes, a constatação de mudanças nas condições de vida das famílias e verificar a percepção delas quanto ao programa.

Sobre o perfil das famílias, a maioria é composta por 4 pessoas, sendo 2 adultos e duas crianças. A maior parte das famílias são arrendatários de onde vivem com um contrato maior do que um ano. Na maioria das famílias, 77%, duas pessoas ou mais trabalham, ou seja, mesmo assim não recebem o necessário para a sobrevivência, haja vista o fato de estarem inseridas num programa de transferência de renda. Constatou-se também que, 63% trabalham em propriedade de terceiros, ou seja, não conseguem sobreviver com a renda constituída na propriedade.

A renda da maioria das famílias analisadas girou entre, R\$ 300,00 e R\$ 500,00. Sendo que quanto ao valor que recebem, nota-se que a maioria se situa entre R\$71,00 e R\$134,00. Considerando uma família com 4 pessoas, a renda média por pessoa seria de no



máximo R\$75,00 percapita. As dificuldades que as famílias apontaram antes da inserção no programa tiveram melhoras significativas após integrarem o mesmo.

O gasto com o valor da transferência de renda é direcionado para a aquisição de bens de consumo, tais como, material escolar e vestuários, e ainda o pagamento de energia elétrica, a compra de remédios e aquisição de alimentos, verifica-se que se trata de bens básicos, os quais as famílias tinham dificuldade no acesso contínuo. As mudanças positivas na condição de vida das famílias podem ser constatadas. No entanto, nem tudo pode ser creditado ao PBF, algumas melhorias também vieram por outros programas.

Quanto à percepção sobre o PBF, as famílias entendem que, o mesmo se destina àqueles considerados pobres, ou seja, reconhecem a condição de pobreza na qual estão inseridos e definem o programa como algo necessário para uma melhora na condição de sobrevivência.

Cabe ressaltar, que esta pesquisa não teve o intuito de aludir ao Programa Bolsa Família um modo perfeito de transferência de renda. A intenção foi compreender um pouco da realidade de famílias que se encontram se inseridas atualmente. Não concordamos que o programa deva permanecer na inércia, ele deve ser avaliado e acompanhado periodicamente. O que é consenso entre estes pesquisadores, é que, nenhum ser humano deveria sofrer privações de condições básicas, como alimentação, educação e moradia.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Municípios e Faixa de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 10 de mar. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm). Acesso em 20 de Outubro de 2013.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1(26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

IMBUÍA. **Histórico**. Disponível em [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br). Acesso em 15 de nov de 2013.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>. Acesso em 16 de out. 2013.

LAVINAS, Lena. **Programas de Garantia de Renda Mínima**. IPEA. Rio de Janeiro. Outubro. 1998. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3892](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3892). Acesso em 06 de junho de 2013.

MALTHUS, T. R. (Thomas Robert). **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: ensaio sobre a população. São Paulo, c1996.382p. (oseconomistas). Tradução de: Principles of political economy considered with a view to their practical application - an essay on the principle of population. Inclui índice.

MARX, Karl. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo. Nova Cultural : 1996

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso 08 de out de 2013.

POCHMANN, Marcio. **Indicadores da pobreza e pobreza dos indicadores**. CESIT. Carta Social e do Trabalho. N. 04. Mai/ago. 2006.

SOARES, Luísa de Azevedo Senra. **Transferência de renda modalidades e finalidades**. Março de 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/luisaazevedoTransferenciasderendanoBrasil.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2013.

SOARES. Sergei; SATÍRO. Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. IPEA. 2009